

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

**Mercado de Atuação**  
A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A..

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
Em 30 de junho de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.732 milhões (30/06/2015 - R\$5.299 milhões). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$177 milhões em comparação a R\$275 milhões do mesmo período do ano anterior.

**Ativos e Passivos**  
Em 30 de junho de 2016, os ativos totais atingiram R\$91.903 milhões (30/06/2015 - R\$64.086 milhões). Desse montante, R\$75.580 milhões (30/06/2015 - R\$38.861 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez líquida, R\$11.464 milhões (30/06/2015 - R\$19.789 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.088 milhões (30/06/2015 - R\$2.219 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.  
O total dos recursos captados atingiu R\$84.199 milhões (30/06/2015 - R\$56.121 milhões) representado

por debêntures.  
O crescimento no total de ativos em 30 de junho de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015, ocorreu principalmente, em função do aumento na rubrica de aplicações interfinanceiras de liquidez, que foram decorrentes de novos recursos captados em 2016 através de debêntures.

**Conjuntura Econômica**  
A apreciação do Real frente ao Dólar continuou no segundo trimestre de 2016. A taxa de câmbio, que encerrou o primeiro trimestre em R\$3,56/US\$, cedeu para próximo de R\$3,20/US\$ no fechamento do segundo trimestre. A despeito desse movimento, a economia real segue em contração, impondo um ambiente desafiador para a atividade bancária no Brasil. O mercado de trabalho, como consequência, continua em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 11,2% em maio.  
As políticas fiscal e monetária não têm contribuído para a recuperação da atividade econômica. As contas públicas seguem sofrendo com os efeitos da recessão sobre a arrecadação de impostos, de forma que o atingimento de resultados superavaliados deve demandar mais tempo e mais medidas corretivas do que o esperado anteriormente. Enquanto isso, a sinalização recentemente emitida pelo Bacen esfriou as expectativas de afrouxamento monetário no curto prazo, pois o elevado patamar no qual se encontra a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não deve permitir que a taxa de juros, atualmente em 14,25%, seja reduzida.  
Nesse cenário, a carteira total de crédito cresceu 2,0% em maio de 2016 em comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração quando comparado ao ritmo de crescimento observado no último trimestre (alta de 5,3% em fevereiro de 2016 na mesma base de comparação). Esse

movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 4,4% ao ano, como no crédito com recursos livres, que registrou a primeira queda anual (de 0,2% desde 2011, quando o Bacen revisou a metodologia da série de dados). A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado (5,4% ao ano, ante 10,7% ao ano em final de 2015), mas continua ganhando participação em relação à dos bancos privados, que registrou queda de 2,0% na comparação anual. O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se confirmado o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros no final do ano, e se a confiança dos consumidores permanecer em trajetória de recuperação como a observada nas últimas divulgações, o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

**Outras Informações**  
A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, as informações do período findo em 30 de junho de 2016, não foram contratadas da PricewaterhouseCoopers outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Barueri, 12 de agosto de 2016

**O Conselho de Administração**  
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	30/06/2016	30/06/2015
<b>Ativo Circulante</b>		<b>85.808.718</b>	<b>47.261.816</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;16.d</b>	<b>9.869</b>	<b>12.829</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>75.543.608</b>	<b>38.861.258</b>
Aplicações no Mercado Aberto		10.950.000	19.249.797
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		64.593.608	19.611.461
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>10.063.036</b>	<b>8.191.212</b>
Carteira Própria		10.029.970	8.189.509
Vinculados à Prestação de Garantias		33.066	1.703
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(12.498)</b>	<b>(15.528)</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	-	221
Setor Privado	6.b	1.007.803	1.042.597
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.004.554)	(1.037.295)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(15.747)	(21.051)
<b>Outros Créditos</b>		<b>201.534</b>	<b>208.666</b>
Rendas a Receber	7	394.770	437.731
Créditos Tributários	8	201.106	208.394
Diversos	8	437	348
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(10)	(78)
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>3.169</b>	<b>3.379</b>
Outros Valores e Bens	6.b	3.471	4.059
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(1.563)	(1.680)
Despesas Antecipadas		1.261	1.000
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.083.792</b>	<b>13.543.860</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>36.942</b>	<b>-</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		36.942	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>1.400.565</b>	<b>11.597.756</b>
Carteira Própria		1.400.565	11.564.429
Vinculados à Prestação de Garantias		-	33.327
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(22.500)</b>	<b>(25.970)</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Público	6.b	-	36
Setor Privado	6.b	948.415	995.733
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(946.229)	(989.841)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(24.686)	(31.898)
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.668.775</b>	<b>1.971.817</b>
Créditos Tributários	7	394.770	437.731
Diversos	8	1.274.034	1.534.186
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(29)	(100)
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>10</b>	<b>(257)</b>
Despesas Antecipadas		10	257
<b>Permanente</b>		<b>3.010.899</b>	<b>3.280.762</b>
<b>Investimentos</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
Participação em Coligada - no País		1	1
Outros Investimentos		2.017	2.017
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(2.016)
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		17	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>6.b&amp;10</b>	<b>3.010.897</b>	<b>3.280.760</b>
Bens Arrendados		5.446.025	5.676.053
(Depreciações Acumuladas)		(2.435.128)	(2.395.293)
<b>Total do Ativo</b>		<b>91.903.409</b>	<b>64.086.438</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>4.720.030</b>	<b>305.094</b>	<b>268.501</b>	<b>(31.704)</b>	<b>-</b>	<b>5.261.921</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	17.444	-	17.444
Lucro Líquido	-	-	-	-	274.741	274.741
Destinações:						
Reserva Legal	-	13.737	-	-	(13.737)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	3.002	-	(3.002)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	3.002	-	(3.002)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2015</b>	<b>4.720.030</b>	<b>318.831</b>	<b>274.505</b>	<b>(14.260)</b>	<b>-</b>	<b>5.299.106</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>4.720.030</b>	<b>329.995</b>	<b>486.627</b>	<b>(103.434)</b>	<b>-</b>	<b>5.433.218</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	122.296	-	122.296
Lucro Líquido	-	-	-	-	176.708	176.708
Destinações:						
Reserva Legal	-	8.835	-	-	(8.835)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	83.937	-	(83.937)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	83.936	-	(83.936)	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2016</b>	<b>4.720.030</b>	<b>338.830</b>	<b>654.500</b>	<b>18.862</b>	<b>-</b>	<b>5.732.222</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.  
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.  
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 de agosto de 2016.

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.  
**b) Apuração do Resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.  
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**e) Títulos e Valores Mobiliários**  
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
I - títulos para negociação;  
II - títulos disponíveis para venda; e  
III - títulos mantidos até o vencimento.  
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:  
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e  
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.  
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
**f) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros**  
A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:  
a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;  
b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e  
c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.  
De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

**g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas**  
A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de

juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.  
Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, e contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.  
A Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento mercantil de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.  
As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.  
**h) Despesas Antecipadas**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.  
**i) Permanente**  
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:  
**i.1) Investimentos**  
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.  
**i.2) Imobilizado de Uso**  
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.  
**i.3) Imobilizado de Arrendamento**  
Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.  
**i.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**  
Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.  
**i.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar**  
Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

**j) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões para os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.  
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Leasing. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 14.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 14.a).

**k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.  
**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e

valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.  
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

**m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.  
**n) Estimativas Contábeis**  
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2014
<b>Disponibilidades</b>	<b>9.869</b>	<b>11.093</b>	<b>12.829</b>	<b>10.882</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>11.107.000</b>	<b>80.042</b>	<b>14.845.157</b>	<b>26.376.996</b>
Aplicações no Mercado Aberto	10.950.000	-	14.845.157	26.376.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	157.000	80.042	-	-
<b>Total</b>	<b>11.116.869</b>	<b>91.135</b>	<b>14.857.986</b>	<b>26.387.878</b>

**5. Títulos e Valores Mobiliários**  
**a) Resumo da Carteira por Categorias**

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	30/06/2016	30/06/2015	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>4.863</b>	<b>-</b>	<b>4.863</b>	<b>4.277</b>	<b>4.863</b>	<b>4.277</b>
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	4.863	-	4.863	4.277	-	-
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>11.424.987</b>	<b>33.751</b>	<b>11.458.738</b>	<b>19.784.691</b>	<b>11.458.738</b>	<b>19.784.691</b>
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	9.536.175	-	-
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN F	2.212.150	33.751	2.245.901	2.170.765	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento <sup>(1)</sup>	9.212.837	-	9.212.837	8.077.751	-	-
<b>Total</b>	<b>11.429.850</b>	<b>33.751</b>	<b>11.463.601</b>	<b>19.7</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016	30/06/2015
<b>8. Outros Créditos - Diversos</b>		
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	893.875	824.059
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	24	20
Para Interposição de Recursos Cíveis	31.068	28.706
Outros	989	609
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 14.g)	76.579	73.625
Impostos e Contribuições a Compensar	184.399	532.502
Pagamentos a Ressarcir	3.199	3.199
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	263	925
Outros	84.075	70.889
<b>Total</b>	<b>1.274.471</b>	<b>1.534.534</b>
<b>Circulante</b>	<b>437</b>	<b>348</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.274.034</b>	<b>1.534.186</b>

## 9. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2016 e 2015, está composto, principalmente, por edificações.

## 10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	30/06/2016	30/06/2015
Veículos e Afins	2.600.683	2.945.585
Máquinas e Equipamentos	2.290.446	2.339.954
Aeronaves	306.174	164.914
Embarcações	-	2.501
Instalações	489	489
Móveis	16.008	13.753
Outros Bens	7.642	10.673
Depreciações Acumuladas	(3.053.472)	(3.184.649)
Superveniência de Depreciação	618.344	789.356
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	224.583	198.184
<b>Total</b>	<b>3.010.897</b>	<b>3.280.760</b>

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No primeiro semestre de 2016 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$95.099 (30/06/2015 - R\$161.147) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

## 11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil		Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2016	30/06/2015
				R\$ Mil	Juros			
	setembro-07	17	5.000.000	5.000.000	100,0%	CDI	12.264.540	10.749.927
Debêntures	agosto-06	agosto-36	410.000	410.000	100,0%	CDI	11.469.829	10.053.359
Debêntures	junho-07	junho-17	410.000	410.000	100,0%	CDI	10.347.037	9.069.227
Debêntures	junho-05	junho-35	150.000	1.500.000	100,0%	CDI	5.076.774	4.449.817
Debêntures	março-06	março-36	150.000	1.500.000	100,0%	CDI	4.459.486	3.908.761
	setembro-05	20	120.000	1.200.000	100,0%	CDI	3.874.567	3.396.076
Debêntures	abril-06	abril-21	100.000	1.000.000	100,0%	CDI	2.901.905	2.543.533
Debêntures	junho-05	junho-20	400.000	400.000	100,0%	CDI	1.353.807	1.186.618
Debêntures	junho-12	junho-32	500.000.000	5.000.000	100,0%	CDI	7.456.104	6.535.311
Debêntures	janeiro-15	janeiro-35	100.000.000	10.000.000	100,0%	CDI	11.967.337	10.489.427
Debêntures	março-16	março-36	200.000.000	20.000.000	100,0%	CDI	20.791.479	-
<b>Total</b>							<b>91.962.865</b>	<b>62.382.056</b>
<b>(-) Debêntures em Tesouraria</b>								
Debêntures	junho-12	junho-32	34.000.000	340.000	100,0%	CDI	(507.015)	-
Debêntures	janeiro-15	janeiro-35	60.638.918	6.063.892	100,0%	CDI	(7.256.864)	(6.261.135)
<b>Total em Circulação</b>							<b>84.198.986</b>	<b>56.120.921</b>
<b>Circulante</b>							<b>10.347.037</b>	<b>-</b>
<b>Longo Prazo</b>							<b>73.851.949</b>	<b>56.120.921</b>

Em 7 de abril de 2014, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) a alteração do vencimento desta debênture de 1 de junho de 2015 para 1 de junho de 2035. Essa alteração foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 17 de janeiro de 2014 e pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em 20 de janeiro de 2014.

Em 2 de setembro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de março de 2016 para 1 de março de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 5 de agosto de 2014 e pela AGD em 6 de agosto de 2014.

Em 6 de outubro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de agosto de 2016 para 1 de agosto de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 2 de setembro de 2014 e pela AGD em 3 de setembro de 2014.

## 12. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Tributos Diferidos	177.579	208.860
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	657.272	1.022.279
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 14.g)	76.579	73.625
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	62.069	3.563
Impostos e Contribuições a Pagar	1.690	1.102
<b>Total</b>	<b>935.199</b>	<b>1.309.429</b>
<b>Circulante</b>	<b>234.419</b>	<b>202.110</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>740.770</b>	<b>1.107.319</b>

**a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	-	23.011	-	23.011
Superveniência de Arrendamento Mercantil	178.342	-	(23.774)	154.568
<b>Total</b>	<b>178.342</b>	<b>23.011</b>	<b>(23.774)</b>	<b>177.579</b>

**b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	-	11.540	-	11.540
Superveniência de Arrendamento Mercantil	237.607	-	(40.287)	197.320
<b>Total</b>	<b>237.607</b>	<b>11.540</b>	<b>(40.287)</b>	<b>208.860</b>

Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

## 13. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016	30/06/2015
Cretores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	930.339	1.076.530
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 14.b)	28.565	29.735
Outras para Pagamentos a Efetuar	25.755	21.109
Provisão para Pagamentos a Efetuar	11.891	12.389
<b>Total</b>	<b>996.550</b>	<b>1.139.763</b>
<b>Circulante</b>	<b>591.920</b>	<b>699.106</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>404.630</b>	<b>440.657</b>

**14. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

**a) Ativos Contingentes**  
Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.).

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	657.272	1.022.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 13)	28.565	29.735
<b>Total</b>	<b>685.837</b>	<b>1.052.014</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>644.198</b>	<b>32.050</b>
Constituição Líquida de Reversão	(33)	9.274
Baixas por Pagamento	(1307)	(12.759)
<b>Saldo Final</b>	<b>657.272</b>	<b>28.565</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	580.108	3.916
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	689	22
<b>Total dos Depósitos em Garantia</b>	<b>580.797</b>	<b>3.938</b>
	<b>538.245</b>	<b>1.749</b>

Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

**d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Cíveis**  
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de risco da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias**  
São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$380.244 (30/06/2014 - R\$351.987): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$179.008 (30/06/2015 - R\$50.725): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Leasing** - 30/06/2015 - R\$32.538: refere-se a a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários. Em 31 de dezembro de 2015 esse saldo foi quitado.

## f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes às relações de consumo, visando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações fiscais relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

**g) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores**  
Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$76.579 (30/06/2015 - R\$73.625), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

**h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$483.275 e as cíveis em R\$34.414.

## 15. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2016 e 2015, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no País.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	Em Milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio	255.000	38.250	216.750	0,02308809
<b>Total</b>	<b>255.000</b>	<b>38.250</b>	<b>216.750</b>	<b>0,01962488</b>

Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2015, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015, e o pagamento foi efetuado em 17 de dezembro de 2015.

## c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 16. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 04 de maio de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2016, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2016 e 2015, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

### b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo: I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%; III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

### c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.231 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
<b>Disponibilidades (Nota 4)</b>	<b>9.869</b>	<b>12.829</b>	-	-
Banco Santander	9.869	12.829	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>75.580.550</b>	<b>38.861.258</b>	<b>4.405.342</b>	<b>2.315.446</b>
Banco Santander	75.580.550	38.861.258	4.405.342	2.315.446
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19)</b>	-	-	-	<b>187.146</b>
Banco Santander	-	-	-	187.146
<b>Recursos de Debêntures (Nota 11)</b>	<b>(84.198.986)</b>	<b>(56.120.921)</b>	<b>(4.947.617)</b>	<b>(2.986.890)</b>
Banco Santander	(84.198.986)	(56.120.921)	(4.947.617)	(2.986.890)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	-	<b>(216.733)</b>	-	-
Banco Santander	-	(170.309)	-	-
Banco Bandepe	-	(46.424)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	-	<b>(2.441)</b>	<b>(2.441)</b>	<b>(6.459)</b>
Banco Santander	-	(2.441)	(2.441)	(6.459)
<b>Despesas com Doações</b>	-	-	-	<b>(2.436)</b>
Santander Cultural	-	-	-	(2.

# Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora suas informações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações financeiras correspondentes ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do semestre findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras daquele semestre. O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 13 de agosto de 2015, com ressalva quanto ao mesmo assunto de não reclassificação, como mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva".



**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
 CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 12 de agosto de 2016

**Maria José De Mula Cury**  
 Contadora CRC 1SP192785/O-4